

Fotos: Geraldo Magela



EVENTO No Planalto, Lacerda, Sarney, Lula, Thomaz Bastos e João Paulo participam da campanha pelo desarmamento

Sarney espera consenso para votar as PPPs

Presidentes do Senado e da Câmara discutem pauta para o próximo esforço concentrado, no período de 13 a 17

A convicção em um entendimento para votação do projeto sobre as parcerias público-privadas foi manifestada pelo presidente do Senado, José Sarney, depois de se encontrar com

o presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Também o senador Eduardo Azeredo admitiu que o governo avançou na proposta, mas recomendou moderação ao ministro José Dirceu.

Página 3

Decisão sobre reserva é aplaudida por Jucá

O senador Romero Jucá aplaudiu a decisão do Supremo Tribunal Federal de aceitar a demarcação descontínua da reserva Raposa/Serra do Sol. Com isso, ficam fora dos limites dessas terras indígenas a faixa de fronteira com a Guiana e a Venezuela, municípios, vilas, rodovias e plantações de arroz.

Página 4

Heloísa quer anular na Justiça benefício a usineiro

Acordo pelo qual o governo de Alagoas concedeu 15 anos de prazo para os usineiros pagarem por R\$ 400 milhões uma dívida de R\$ 3 bilhões foi questionado em Plenário pela senadora Heloísa Helena.

Página 3

Hélio Costa: Simples exclui e prejudica oficinas

A Receita excluiu do Simples, mecanismo simplificado de cobrança de impostos, milhares de oficinas mecânicas de todo o país. Com isso, elas terão que recalcular e pagar com multa todo o imposto devido. O fato foi denunciado pelo senador Hélio Costa.

Página 3



O papel do Rio de Janeiro nos anos 30, como pólo gerador de cultura no país, foi um dos pontos abordados pelos participantes da mesa-redonda "Getúlio

Vargas e o Imaginário Político Republicano", que encerrou o seminário "Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro", ontem, no Senado. A professora Piedade Epstein Grinberg, da PUC do

Rio de Janeiro, destacou o desempenho dos artistas, que, apesar do controle estatal, levaram adiante o desafio de construir um projeto cultural sério que legou ao país sua arte moderna e contemporânea.

Página 4

Mercosul pode ter seu Parlamento até o fim do ano

Página 2



PREOCUPAÇÃO Tuma adverte que Congresso não pode deixar a CPI do Banestado morrer

Tuma: governo quer combater crime organizado

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a disposição do governo de combater o crime organizado e destacou a clareza do pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no "Encontro Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos", realizado em Brasília. Lula disse que o governo pretende encontrar meios para trazer de volta o dinheiro que sai do Brasil ilegalmente. Tuma aplaudiu também a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público.

Dado o montante de recursos envolvidos no crime organizado, o senador manifestou sua preocupação com os rumos da CPI do Banestado. Para Tuma, se a comissão apresenta problemas, é preciso corrigi-los, mas não deixá-la morrer. Ele lembrou que a CPI já mapeou vários elementos importantes na apuração das remessas ilegais de dinheiro para o exterior.

Para dar uma idéia do alcance mundial da lavagem de dinheiro, o senador citou entrevista da advogada Márcia Klinke, na revista *Rumos*, na qual ela afirma que essa prática mobiliza cerca de US\$ 500 bilhões.

Parlamento do Mercosul pode sair até dezembro e facilitar integração

■ Previsão é do presidente da comissão parlamentar conjunta do bloco econômico

Pode ser assinado até dezembro o acordo que permitirá a criação do Parlamento do Mercosul. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Na sua opinião, ainda não será um Legislativo como o Brasil gostaria – com sufrágio direto e alguma representatividade em relação à população –, principalmente

por causa da resistência dos países menores do bloco. Ainda assim, porém, já estaria sendo criado um foro de debates políticos que, segundo o deputado, poderia auxiliar na construção da integração regional.

A declaração foi feita durante o seminário "Internalização de Normas Mercosul", que reuniu especialistas em direito internacional e representantes do governo. Das 80 normas editadas até hoje pelo Mercosul, apenas 21 já foram totalmente aprovadas pelos parlamentos dos quatro países que compõem o bloco econômico – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Entre as 59 normas que ainda necessitam de apro-

vação parlamentar para entrar em vigor, 23 não foram sequer submetidas aos congressos nacionais por parte dos respectivos governos.

Normas

Os números foram divulgados ontem pela consultora legislativa Maria Cláudia Drummond, do Senado brasileiro, durante o seminário, que foi promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Na opinião da consultora legislativa, a lentidão na aprovação das normas pelos parlamentos nacionais cria uma situação de insegurança jurídica e fragilidade institucional do bloco econômico.

– A falta de internalização de

normas dificulta o planejamento de longo prazo para a inserção de empresas no Mercosul, pois uma norma pode levar de dois a três anos para realmente entrar em vigor – advertiu.

A busca por maior rapidez na aprovação das normas pelos legislativos dos Estados-membros é uma das preocupações da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, segundo afirmou durante o seminário o presidente do colegiado, deputado Dr. Rosinha. Para isso, disse ele, seria necessário assegurar maior participação dos deputados e senadores dos quatro países ainda durante a etapa de negociação de cada novo tratado.

Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não-deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. O primeiro orador inscrito para discursar na tribuna é o senador

Heráclito Fortes (PFL-PI). Em função do feriado de 7 de setembro, não estão marcadas sessões para segunda e terça-feira da próxima semana.

Rádio lembra Independência

O programa *Música do Brasil*, que vai ao ar neste sábado às 16h pela Rádio Senado, apresenta hinos e músicas que falam de patriotismo. No domingo, às 9h, o escritor Lima Barreto é tema do programa *Autores e Livros*, que discute a obra *A República das Bruzundangas*, sátira das trapalhadas econômicas, políticas e sociais do país.



Influência da televisão

A TV Senado apresenta neste sábado, às 15h30, e no domingo, às 22h, entrevista com o embaixador da Venezuela, Julio Garcia Montoya, seguida do documentário *A revolução não será televisionada*, sobre a influência dos meios de comunicação no país.

Palestras sobre o Parlamento

Já estão abertas as inscrições para o ciclo de palestras "O Parlamento Brasileiro: Passado, Presente e Futuro", voltado para jornalistas políticos e estudantes. O evento ocorrerá entre os dias 13 e 17. Mais informações no site www.senado.gov.br.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PARTICIPAÇÃO Lúcia Vânia quer a sociedade fiscalizando a administração pública

Lúcia Vânia participa de evento do TCU

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) vai representar a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no projeto Diálogo Público, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Presidente da comissão, Lúcia Vânia foi convidada pelo presidente do TCU, Valmir Campelo, para participar como palestrante da solenidade de encerramento do evento, hoje, às 9h, em Goiânia. Ela vai falar sobre a "Atuação dos agentes do controle social".

Lúcia Vânia considerou importante a iniciativa do TCU. "É uma maneira eficiente de garantir a participação da sociedade na fiscalização da administração pública, por meio de seus representantes mais próximos, como servidores públicos federais, estaduais e municipais, professores, estudantes, membros de conselhos de fiscalização e representantes de ONGs", observou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Geraldo Magela



DESARMAMENTO Lacerda, Sarney, Lula e João Paulo no lançamento de campanha publicitária no Palácio do Planalto

Acordo sobre as PPPs é possível, afirma Sarney

"Sempre encontramos com a oposição um terreno em que prevalece o interesse público", diz o senador

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para discutir a pauta de votações do próximo período de esforço concentrado, que ocorrerá entre os dias 13 e 17. Ao deixar o gabinete de João Paulo, Sarney manifestou sua crença num entendimento para a votação do projeto sobre as parcerias público-privadas.

– Esse é um assunto muito controverso, que envolve uma

gama imensa de interesses políticos e econômicos, mas nós vamos chegar a um consenso, até mesmo porque, no Senado, sempre encontramos com a oposição um terreno em que prevalece o interesse público.

Indagado sobre a possibilidade de o governo reenviar ao Legislativo a proposta das parcerias público-privadas mediante medida provisória, Sarney citou o ex-senador Petronio Portela para dizer que "a pior coisa em política é discutir sobre hipóteses".

Sarney afirmou que, juntamente com a Câmara, o Senado fará um esforço para votar as medidas provisórias que bloqueiam a pauta e permitir a tramitação de outras matérias.

Questionado sobre a fragi-

lidade da maioria do governo no Senado, Sarney disse que isso é administrável. "Não acho que a maioria do governo seja frágil. Em todas as matérias, ela tem funcionado bem", acrescentou.

Campanha

O presidente Lula, Sarney, João Paulo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, participaram ontem, no Palácio do Planalto, do lançamento de campanha publicitária pelo desarmamento.

Durante o evento, o ministro da Justiça ressaltou que a meta inicial do governo – 80 mil armas recolhidas até dezembro – será ultrapassada, pois a população já entregou 74 mil armas.

Azeredo admite que governo avançou, mas cobra garantias

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou ontem "um avanço" a admissão, pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), de um limite de 1% da receita líquida da União, estados e municípios para aplicação nas parcerias público-privadas (PPPs).

– Trata-se de um passo importante, mas é preciso que o ministro José Dirceu modere sua linguagem, deixe de ser truculento e grosseiro, e respeite os parlamentares, ou terá que aprovar o projeto exclusivamente com os votos de sua base – disse, referindo-se à ameaça do ministro da Casa Civil de editar medida provisória com as PPPs, caso não haja acordo para votação.

Mesmo avaliando que a po-

sição do governo melhorou, Azeredo considerou falsa a afirmação de que não há dinheiro para investir e que as parcerias público-privadas seriam a única maneira de melhorar a infra-estrutura do país.

– Não é verdade, e eles sabem disso. Há a Lei de Concessões, que permite a construção e a reforma de estradas, de ferrovias, e há dinheiro público, sim. A carga tributária do país nunca foi tão alta – observou.

O senador apontou como "outra falsidade do governo" o argumento de que São Paulo e Minas Gerais já têm contratos de parcerias público-privadas assinados e em operação. "Minas Gerais tem uma lei aprovada, mas nada foi feito ainda porque esperamos a lei



CONSELHO Para Azeredo, Dirceu precisa moderar sua linguagem e respeitar os parlamentares

federal", explicou.

Azeredo quer também que o projeto do governo seja aperfeiçoado no ponto em que trata das formas de contratação das PPPs. "Há o critério do preço, mas há também outros critérios que considero subjetivos, e que podem permitir irregularidades. Queremos maiores garantias, maior rigor na escolha das empresas", afirmou.

Exclusão do Simples afeta oficinas, alerta Hélio Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) criticou a Receita Federal por estar notificando milhares de oficinas mecânicas em todo o Brasil a recolherem tributos atrasados, em decorrência de terem sido excluídas do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte).

De acordo com Hélio Costa, acreditando numa política tributária que contempla com tratamento diferenciado as micro e pequenas empresas, muitas oficinas mecânicas que estavam na clandestinidade buscaram a regularização e saíram da informalidade.

Apesar de determinação constitucional garantir esse tratamento diferenciado, desde agosto do ano passado, um ato declaratório da Receita Federal excluiu do Simples, além das oficinas mecânicas, todas as empresas de conserto de computadores e de eletrodomésticos, assim como as que atuam



TRATAMENTO Hélio Costa lamenta que oficinas que saíram da informalidade sejam prejudicadas

na assistência e no conserto de máquinas, afirmou o senador. Com isso, pelo menos 80 mil empresas foram excluídas do Simples desde 2003.

De acordo com Hélio Costa, para justificar essa exclusão, a Receita Federal está se baseando no entendimento do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) de que alguns dos serviços prestados pelas microempresas necessitam de engenheiro.

– Uma oficina elétrica, por exemplo, precisaria de um engenheiro eletricista ou técnico habilitado. Esse absurdo não convence ninguém. Quando levamos nosso veículo para a oficina mecânica, jamais seremos atendidos por um engenheiro mecânico – observou.

Heloísa Helena vai à Justiça contra benefício a usineiros

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou ontem acordo pelo qual o governo de Alagoas concedeu 15 anos de prazo para que os usineiros de açúcar e álcool paguem R\$ 400 milhões por uma dívida de R\$ 3 bilhões relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A parlamentar adiantou que ingressará na Justiça com ação para anular o acordo.

Até 1987, os usineiros pagavam ICMS sobre a cana-própria, em razão de um dispositivo da legislação estadual. Considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a cobrança foi suspensa.

Embora os usineiros fossem apenas intermediários, já que o ICMS era transferido aos consumidores, o então governador Fernando Collor de Mello tornou os empresários credores do estado. Passaram, assim, à condição de isentos do ICMS.

Objeto de prolongada disputa judicial, esse acordo foi substitu-



ACORDO Heloísa Helena quer saber por que dívida de R\$ 3 bilhões foi reduzida para R\$ 400 milhões

ído em 1998 pela Lei Mano de incentivos fiscais, que apresentava parâmetros semelhantes aos do primeiro acordo dos usineiros, mas foi declarada inconstitucional pelo STF.

Segundo Heloísa Helena, a decisão do Supremo, publicada em 2001, desfaz todo tipo de acordo e convênio, restando uma dívida de aproximadamente R\$ 3 bilhões. A despeito disso, o governador Ronaldo Lessa renegociou esse valor, em condições consideradas por Heloísa como muito favoráveis.

– Enquanto os pequenos comerciantes são obrigados a pagar impostos, o governador transformou Alagoas num paraíso fiscal para os usineiros – protestou.

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Jucá aplaude decisão do STF sobre reserva indígena

■ Senador elogia voto unânime do Supremo pela demarcação descontínua da área Raposa/Serra do Sol

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aceitar a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol de maneira descontínua, mantendo fora de seus limites a faixa de fronteira com a Guiana e a Venezuela, bem como os municípios, vilas, rodovias e plantações de arroz situados ao sul da região.

Ele fez um apelo para que o governo demarque imediatamente todas as reservas indígenas de Roraima, definindo de uma vez por todas o que é terra dos índios, o que é reserva ecológica ou de proteção ambiental e quais as áreas que podem ser objeto de projetos de desenvolvimento.

Para Jucá, prevaleceu o bom



Roosevelt Pinheiro

DESTRUIÇÃO Jucá afirma que pedido do Ministério Público acabaria com cinco vilas na região

senso no voto unânime do Supremo de validar a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, negando recurso do Ministério Público, interessado em manter a homologação da área indígena Raposa/Serra do Sol de forma contínua, num total de 1,7 milhão de hectares.

O senador por Roraima afirmou que sempre foi defensor de uma definição cabal sobre a vocação de cada parte do estado, por entender que ninguém vai querer investir em terras

que posteriormente podem ser declaradas de proteção ambiental ou pertencentes aos índios.

– O governo precisa definir essas questões com urgência – declarou.

Jucá lembrou o voto da ministra Ellen Gracie Northfleet, que em julho rejeitara o recurso do Ministério Público em caráter provisório, por entender que a homologação total e contínua da reserva causaria graves consequências de ordem econômica e social, bem como lesão à ordem jurídica e constitucional.

Segundo Jucá, a homologação pretendida pelo Ministério Público acabaria com cinco vilas, além de impedir a utilização de três rodovias, ligando Roraima à Venezuela, à Guiana e ao resto do Brasil.

O senador alegou ainda que as terras irrigadas, onde se localiza a principal área de plantio de arroz do estado, correspondem a apenas 0,7% da área indígena total.



Geraldo Magela

CULTURA Mesa que coordenou o encontro: a professora Piedade Grinberg (de vermelho), da PUC/RJ, falou sobre o legado de Vargas para a Arte Moderna

Seminário discute presença do Modernismo na Era Vargas

O envolvimento de expoentes da intelectualidade modernista, como Mário de Andrade, Villa-Lobos e Portinari, nos dois governos Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), constituiu o pano de fundo da mesa-redonda "Getúlio Vargas e o Imaginário Político Republicano", debate de encerramento do seminário "Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro", ontem, no Senado Federal. Outra questão abordada no evento, organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Senado e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi a cobertura conferida ao trabalhador rural pela legislação trabalhista instituída na Era Vargas.

Capital da República nos

anos 30, o Rio de Janeiro sobressai nessa época, segundo a professora Piedade Epstein Grinberg, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), como pólo gerador de cultura do país. Naquela década, um grupo de intelectuais é convidado a participar do governo Vargas, de quem recebe encomendas para execução de obras artísticas e a incumbência de elaborar uma política cultural marcada pelo sentimento de nacionalismo e brasilidade.

– Devemos a Arte Moderna e Contemporânea aos artistas dos anos 30 e 40. Apesar do controle exercido pelo Estado, esses artistas e literatos tiveram a coragem de levar adiante um projeto cultural sério e que deu certo – destacou Grinberg.

Interlegis debate direitos humanos



J. Freitas

DIVERSIDADE Ricardo Henriques explica o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, tendo ao lado Paulo José Cunha e Mário Mamede

O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, Ricardo Henriques, afirmou que o governo pretende promover com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos uma sociedade mais justa, equitativa e republicana, que valorize a diversidade. A afirmação foi feita durante a videoconferência "Educação em Direitos Humanos", realizada ontem no Interlegis.

Ricardo informou que o governo pretende valorizar a diferença promovendo nas escolas o debate e o respeito aos direitos humanos. Segundo ele, o governo vai aumentar a qualidade do sistema de ensino público no Brasil, focar a educação como um direito do ser humano e promover os direitos de grupos específicos, como negros, índios, deficientes, mulheres e homossexuais.

Também participaram do debate o jornalista Paulo José Cunha e o substituto do secretário especial de Direitos Humanos, Mário Mamede.

Ideli faz balanço dos trabalhos da Comissão da Anistia

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ao fazer um balanço dos resultados dos 25 anos da Lei da Anistia Política no Brasil – sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo então presidente João Figueiredo –, informou que o governo federal reservou R\$ 200 milhões para pagamento de reparação econômica aos anistiados em 2004, R\$ 300 milhões em 2005 e R\$ 400 milhões em 2006. A essas cifras, continuou a senadora, somam-se os R\$ 53 milhões que o governo obteve em crédito suplementar, em 2003, para cumprir os pagamentos.

Em quase três anos de funcionamento, a Comissão da Anistia recebeu cerca de 60 mil processos, tendo acolhido 45



Roosevelt Pinheiro

NÚMEROS Ideli mostra que, em três anos de funcionamento, comissão acolheu 45 mil processos

mil, segundo a senadora.

Desse total, 14.446 foram julgados, sendo deferidos 5.540. Dos cerca de 30 mil pedidos que estão para ser apreciados, 18 mil são de vereadores que, disse ela, fazem jus apenas à contagem de tempo de serviço.

– Os 12 mil restantes serão analisados de forma idônea, obedecendo à legislação e aos princípios da Comissão da Anistia – garante Ideli.